

Alternância entre a palavra *mesmo* e os pronomes pessoais *ele/ela, o/a*

Débora Laurenço Nunes Mariano¹

Resumo: O presente trabalho propõe uma abordagem sobre o processo de variação na alternância entre a palavra *mesmo* e os pronomes pessoais *ele/ela, o/a*. Nossa proposta discute se essa alternância já está implementada na língua, quando ocorre, bem como os fatores da ocorrência. Uma parte dos dados foi coletada durante a transmissão do telejornal “Jornal Centro-Oeste”, da cidade de Pontes e Lacerda. Outra parte foi constituída a partir de documentos oficiais como escritura de terras e certidões de inteiro teor de propriedades rurais. Para a análise do corpus seguimos a teoria da sociolinguística variacionista.

Palavras-chaves: Sociolinguística, variação linguística, gramática, pronomes.

Abstract: The present work proposes an approach on variation in alternation between the word and the personal pronouns he/she/a. our proposal discusses whether this alternation is already implemented in the language, when it occurs, as well as the factors of the occurrence. A portion of the data was collected during the transmission of television news "Jornal Centro-Oeste," the city of Pontes e Lacerda. Another part was formed from official documents such as deed of land and the entire content of certificates of rural properties. For the analysis of corpus we follow the theory of sociolinguistics variational.

Keywords: Sociolinguistics, linguistic variation, grammar, pronouns.

1. Referencial teórico

1.1 Breve introdução à Sociolinguística

É relativamente recente a denominação da disciplina que estuda a relação entre língua e sociedade. “O termo Sociolinguística, relativo a uma área da Linguística, fixou-se em 1964. Mais precisamente, surgiu em um congresso organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), do qual participaram vários estudiosos [...]” inclusive Labov. (ALKMIM, 2001, p. 28). O objetivo era que a nova ciência servisse para relacionar ou sistematizar as variações linguísticas e sociais existentes em uma sociedade.

¹ . Graduada em Letras pela UNEMAT – Pontes e Lacerda. E-mail para contato: deboralaurenco@hotmail.com.

De acordo com Bagno (2007, p. 38), “o objetivo central da Sociolinguística, como disciplina científica, é precisamente relacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social. Língua e sociedade estão indissolúvelmente entrelaçadas [...]”. O autor afirma que é impossível para o sociolinguista estudar a língua sem estudar a sociedade em que essa língua é falada.

Como vimos, a Sociolinguística é um dos ramos da Linguística e seu objetivo e objeto são o estudo da língua falada, em ação na sociedade e suas relações com os fatores sociais. Conforme Alkmim (2001, p. 32), “ao estudar qualquer comunidade linguística, a constatação mais imediata é a existência de diversidade ou da variação. Isto é, toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar.” A estes diferentes modos de falar, a Sociolinguística chama de variedades linguísticas. Estas são entendidas como uma qualidade do fenômeno linguístico e não como um problema como se poderia pensar.

Castilho (2010, p. 197) diferencia variação de variedade. Segundo ele, “entende-se por variação a manifestação concreta da língua, e por variedade a soma idealizada das variações.” Observamos que a variedade não é aleatória ou desorganizada, muito pelo contrário, ela obedece a vários fatores. Além dos fatores linguísticos a variação está condicionada também a fatores extralinguísticos. De acordo com Bagno (2007, p. 47), “uma variedade linguística é um dos muitos ‘modos de falar’ uma língua. Como já vimos, esses diferentes modos de falar se correlacionam com fatores sociais como lugar de origem, idade, sexo, classe social, grau de instrução etc.”

Partindo da noção de variedade laboviana, Alkmim (2001, p. 34) afirma que, “de uma perspectiva geral, podemos descrever as variedades linguísticas a partir de dois parâmetros básicos: a variação geográfica (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática).” A autora fala também sobre a variação estilística (própria do indivíduo). Já Bagno (2007), além dessas variações, apresenta ainda a variação diamésica (língua falada x língua escrita), a variação diafásica, que é a variação estilística e a variação diacrônica, que é a que se observa nas várias etapas da história de uma língua. Castilho (2010, p. 198) afirma que “de todas as variedades do português, a variedade geográfica é a mais perceptível. Quando começamos a conversar com alguém, logo percebemos se ele é ou não originário de nossa região”.

São diversos os níveis de variação. Bagno (2007, p. 39) considera que “dizer que a língua apresenta variação significa dizer, mais uma vez, que ela é heterogênea.” Todo linguista concorda que nenhuma língua humana é homogênea em si mesma e invariável. Pelo contrário, em todos os níveis e tipos de análises deparar-se-á com o fenômeno da variação linguística. Bagno (2007), sempre partindo dos estudos labovianos, classifica os tipos de variações e afirma que a variação ocorre em todos os níveis da língua: variação fonético-fonológica, variação morfológica, variação sintática, variação semântica, variação lexical e variação estilístico-pragmática.

Bagno (idem, p. 50) faz também a distinção entre variável e variante. “Uma variável sociolinguística, portanto, é algum elemento da língua, alguma regra, que se realiza de maneiras diferentes, conforme a variedade linguística analisada. Cada uma das realizações possíveis de uma variável é chamada variante.” Segundo o autor, a definição mais simples que se pode dar de variante é de dizer a mesma coisa de maneiras diferentes.

Para o sociolinguista, não existe construção linguística mais certa ou mais bonita, todas são merecedoras de atenção, respeito e pesquisa. Porém, fora do ambiente de pesquisa, as variações não padrão como “os menino veio”, são marcadas por preconceito, humilhação e exclusão do falante dessa variação.

1.2 Variação e preconceito linguístico na escola

Quanto ao preconceito linguístico, Bagno (2007) faz um retrospecto para observarmos qual o tipo de aluno e de professor que frequentavam as escolas na década de 1960. Nessa época, as escolas eram reduzidas, concentravam-se nos centros urbanos e eram destinadas às pessoas de classes média ou médio-alta. “Em 1960, somente 45% da população vivia em zona urbana – quarenta anos depois, o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE revelou que 80% dos brasileiros moram em cidades.” (BAGNO, 2007, p. 31). Com esse processo de urbanização superacelerado, surgiu o que chamaram de “democratização” do ensino no Brasil. O que, na verdade, foi mais um processo forçado do que democrático. As famílias vindas das zonas rurais começaram a exigir que seus filhos frequentassem as escolas públicas. Começou então a transformação no perfil de alunos das escolas.

Com o aumento repentino do número de alunos, as salas de aula ficaram superlotadas, pois, assim como o número de alunos que frequentavam as escolas era restrito, o número de professores também o era. A partir de então, começou a transformação no perfil dos professores também, uma vez que a profissão que era exercida apenas por pessoas de classes privilegiadas, agora passava a ser exercida por pessoas de classes baixas e desprestigiadas.

Com essa repentina urbanização e o processo de “democratização” do ensino, as escolas, que antes eram frequentadas apenas por pessoas de classes privilegiadas, “na sua maioria, falantes das variedades linguísticas urbanas, muito influenciadas pela cultura da escrita e pelo policiamento linguístico praticado pela escola [...]” (BAGNO, 2007, p.32), passaram a ser frequentadas por falantes da variedade não padrão. Os professores vindos das classes baixas, também não eram falantes da variedade padrão, e se viam em dificuldades em ter que impor uma língua que eles próprios não dominavam.

Esse novo estágio do ensino não foi visto com bons olhos pela maioria. No entanto, Bagno (2007) afirma que a língua é heterogênea, assim como as sociedades são heterogêneas. Em uma sociedade heterogênea como a nossa, não era de se esperar que todo mundo falasse da mesma maneira, o que ficou evidente com essa “democratização” do ensino no Brasil.

Observamos sempre um conflito de imposição da norma-padrão a alunos que cresceram falando uma variação própria de sua cultura e região. Camacho (2001, p. 72) acredita que “uma consequência drástica desse conflito pode ser a rejeição tática da variedade padrão, em termos de ensino de língua e de outros valores da classe dominante. Na prática, tudo redundava em evasão e repetência escolar.” Creio que não se deve impor a língua de uma minoria a toda uma nação.

Camacho (idem, p. 72) afirma que, “é preciso acreditar no modelo da diferença e adotar outra estratégia para o ensino da língua materna. Afinal de contas, o ensino da variedade padrão não necessita ser substitutivo e, por isso, não implica a erradicação do dialeto marginalizado.” O autor acredita que as variações podem conviver harmoniosamente na sala de aula.

Para Bagno (2007, p. 82):

À professora e ao professor de língua portuguesa cabe o trabalho da reeducação sociolinguística de seus alunos e de suas alunas. O que significa isso? Significa valer-se do espaço e do tempo escolares para formar cidadãos e cidadãos conscientes da complexidade da dinâmica social, conscientes das múltiplas escalas de valores que empregamos a todo momento em nossas relações com as outras pessoas por meio da linguagem.

A escola ensina para a vida. Conforme Bagno (2007), é papel do professor formar cidadãos conscientes e capazes de se relacionarem com seus semelhantes, capazes de perceberem que a língua não é algo homogêneo e acabado, assim como nossa sociedade também não o é. Os alunos devem perceber que se o coleguinha fala diferente, não quer dizer que esteja falando errado, mas que tem um modo diferente de dizer a mesma coisa que ele, em outra variação da língua.

De acordo com Possenti (1996, p. 50), “o princípio é o mais elementar possível. O que já é sabido não precisa ser ensinado.” As escolas perdem muito de seu tempo, e do aluno, ensinando o que o aluno já sabe. Ele questiona que se o aluno já sabe, porque não ensinar o que ele ainda não sabe. Grande número de escolas, e digo de professores, tem desperdiçado o seu tempo e do aluno fazendo-os memorizar, ou mesmo, decorar regras que eles estão cansados de usar no dia a dia sem precisar nomear cada uma.

Outro teórico que critica a mesma questão é Bagno (2009, p. 150), que destaca como os “fósseis linguísticos ocupam um lugar de destaque no ensino de português.” Ele questiona sobre “qual a diferença concreta que pode existir entre ‘Me esquece’ e ‘Esquece-me’? Por que uma dessas colocações é certa e a outra é errada se ambas as construções nos permitem entender perfeitamente o que o falante-escrevente quis comunicar?” (idem, p. 150).

Na primeira parte de seu livro “Porque (não) ensinar gramática na escola”, Possenti (1996) apresenta um conjunto de teses de linguística e a justificativa de alguns equívocos no ensino da língua. Para ele “[...] o objetivo da escola é ensinar o português padrão [...]”, (idem, p. 17). Os que discordam desse pensamento baseiam-se, em parte, no preconceito segundo o qual esses alunos não seriam capazes de aprender o dialeto padrão, o que não é verdade. Mas, nem por isso a escola deve excluir as demais variações da língua ou taxá-las de erradas.

O primeiro passo para um ensino eficiente é conhecer o que se ensina e a quem se ensina. Na opinião de Possenti (idem, p. 21), “para que um projeto de ensino de língua seja

bem sucedido, uma condição deve necessariamente ser preenchida, e com urgência: que haja uma concepção clara do que seja uma língua e do que seja uma criança [...]” Para esse linguista deve-se saber, ou melhor, ter em mente que a língua é um sistema complexo e que as crianças conhecem a língua, mesmo as mais ingênuas. Prova disso é como elas sabem formular frases e se comunicarem perfeitamente.

Temos sempre a iniciativa de achar que tudo que nos é diferente é errado. De acordo com Possenti (1996, p. 29), “os grupos que falam uma língua ou um dialeto em geral julgam a fala dos outros a partir da sua e acabam considerando que a diferença é um defeito ou um erro.” O teórico, no entanto, faz-nos observar uma questão óbvia: todos que falam sabem falar. Como uma pessoa seria capaz de falar se ela não soubesse falar? O que há são diferentes formas de falar uma mesma coisa. “Não há nada mais errado do que pensar que aqueles de quem se diz que falam errado falam tudo errado.” pois, “[...] é relativamente pequena a diferença entre o que um aluno (ou outro cidadão qualquer) já sabe de sua língua e o que lhe falta saber para dominar a língua padrão.” (idem, p. 42). Como já foi dito, todos que falam sabem falar.

Língua não se ensina, aprende-se. Possenti (1996) descreve como que crianças logo nos primeiros anos de vida, exceto as que têm alguma deficiência que lhes impeça falar, começam a falar de tudo e sem que para isso precisem ser ensinadas. Na verdade, é um processo de aprendizagem, mas que não é necessário o uso de exercícios prontos e atrasados, ou desatualizados, pois, a aprendizagem se dá no uso da língua, com a prática da fala.

1.3 A gramática do ponto de vista linguístico

Voltando à questão de “erro”, para Bagno (2007), a noção de ‘erro’ surgiu na época das grandes conquistas de Alexandre ‘O Grande’, quando após conquistar todo o mundo conhecido de então, ele resolveu normatizar a língua grega, com o propósito de unificação política e cultural. Surgiu então a primeira Gramática Tradicional. De acordo com Bagno (2007), os criadores da Gramática Tradicional foram os primeiros a perceber que a língua sofria variação e mudança. Porém, não foi com bons olhos que eles perceberam isso, logo trataram de criar um manual de regras, para que a língua fosse sempre a mesma, uniforme e homogênea. O autor observa que “além de ser anacrônica como teoria linguística, a Gramática

Tradicional também se constitui com base em preconceitos sociais que revelam o tipo de sociedade em que ela surgiu [...]” (idem, p. 67).

Até que ponto o ensino de língua padrão tem relação com a gramática? Possenti (1996, p. 63) define gramática como “conjunto de regras”. O autor afirma ainda que essa definição pode ser entendida de várias maneiras, pois existe mais de um tipo de gramática e assim, mais de um conjunto de regras. Ele enumera três tipos básicos de gramáticas: 1) Gramáticas Normativas – conjunto de regras que devem ser seguidas; 2) Gramáticas Descritivas – Conjunto de regras que são seguidas; e 3) Gramáticas Internalizadas – conjunto de regras que o falante da língua domina.

De acordo com Possenti (1996), a gramática mais conhecida pelo professor é a Gramática Normativa, conseqüentemente, a utilizada por ele em sala de aula e odiada pelos alunos. Ela determina as regras que devem ser decoradas e seguidas pelos alunos. O segundo tipo, Gramática Descritiva, é a utilizada pelos linguistas na orientação de suas pesquisas, já que é o conjunto de regras que são seguidas, ou seja, que o povo fala. É a gramática que os alunos gostariam de ter na escola, porque traz a linguagem usada por eles e não termos que eles nunca ouviram. A terceira e comum a alfabetizados e não alfabetizados é a Gramática Internalizada, que é a gramática interna ao indivíduo, que todos adquirem no convívio em sociedade.

De forma preconceituosa, “para a gramática normativa, a língua corresponde às formas de expressão observadas produzidas por pessoas cultas, de prestígio.” (idem, p. 74). Impõe assim, uma variação de um grupo restrito a todos os outros grupos. “A gramática normativa exclui de sua consideração todos os fatos que divergem da variante padrão, considerando-os ‘erros’, ‘vícios de linguagem’ ou ‘vulgarismos’”. Desqualifica assim, as variações não padrão, utilizada pela maioria dos falantes da língua, pois, apenas a minoria usa a variedade padrão.

“Para a gramática descritiva, nenhum dado é desqualificado como não pertencendo à língua. Ou seja, em princípio, nenhuma expressão é encarada como erro, o que equivaleria num outro domínio, à anormalidade.” (idem, p. 75). Como vimos anteriormente, esse é o tipo de gramática utilizado pelos linguistas, pois apresenta a língua falada, que é o objeto de estudo da sociolinguística.

Segundo Possenti (1996), a noção de erro é corrente nas gramáticas normativas. Porém, nas gramáticas descritivas só é considerado erro, as ocorrências que não pertençam a nenhuma das variações, conhecidas, da língua.

2. Definições gramaticais

2.1 Definindo pronomes

No tocante à literatura que versa sobre as questões normativas, valemo-nos das Gramáticas Normativas de Almeida (1999), Bechara (2001) e Cunha e Cintra (2007) e uma descritiva, Castilho (2010). Em nossa análise abordaremos sobre os pronomes pessoais e a palavra *mesmo* em suas várias funções como: adjetivo, advérbio, pronome e substantivo. Veremos a seguir quais as definições das gramáticas estudadas para essas palavras.

Almeida (1999, p. 81), de forma bem clara e sucinta, afirma que “pronomes [...] são palavras que ou substituem ou podem substituir um nome, um substantivo: ele, que, quem.” Já Bechara (2001, p. 162), mais amplamente, afirma que “pronome – é a classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto.” Para o gramático, de modo geral, esta referência é feita a um objeto substantivo, considerando-o apenas como pessoa localizada do discurso. Para Cunha e Cintra (2007, p. 289), “os pronomes desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais. Servem, pois: a) para representar um substantivo [...]. b) para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado [...]”.

A “Nova Gramática do Português Brasileiro”, de Ataliba de Castilho traz pesquisas sobre o termo pronome desde o seu surgimento. Segundo Castilho (2010, p. 479):

A substituição foi sempre lembrada como a propriedade por excelência dos pronomes, e estaria na base da escolha do vocábulo pro+nome, ‘em lugar do substantivo’ para a designação dessa classe. Segundo as primeiras análises, a substituição evitaria a repetição monótona dos substantivos.

Conforme o autor, em cada época, foram apresentadas diferentes definições para os pronomes, porém, quase sempre, com um mesmo sentido. O teórico não o define, mas

apresenta as definições feitas por vários gramáticos desde o surgimento das gramáticas. “Na tradição gramatical ocidental, os argumentos utilizados para a caracterização da classe dos pronomes levaram em conta suas propriedades semânticas, discursivas e gramaticais (= sintáticas e morfológicas). E de gramaticalização” (idem, p. 472).

Todos os gramáticos citados apresentam uma mesma classificação para os pronomes, sendo: pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos.

Os pronomes pessoais dividem-se em retos e oblíquos, de acordo com o caso, isto é, de acordo com a função que exercem na oração. Segundo Bechara (2007, p. 164), “a cada pronome pessoal reto corresponde um pronome pessoal oblíquo que funciona como complemento e pode apresentar-se em forma átona ou forma tônica. Ao contrário das formas átonas, as tônicas vêm sempre presas à preposição [...]” (idem, p. 164).

Em nosso trabalho, analisaremos os pronomes pessoais do caso reto (*ele/ela, eles/elas*) e os oblíquos (*o/a, os/as*) e a palavra *mesmo(a)*, principalmente em sua função como pronome. Para Almeida (1999, p. 170), assim como para Cunha e Cintra (2007), “pronome pessoal é o que, ao mesmo tempo em que substitui o nome de um ser, põe esse nome em relação com a pessoa gramatical”, com a diferença de que para Cunha e Cintra o pronome pessoal só poderá representar ou substituir se estiver na terceira pessoa. Já para Bechara (2001, p. 164), os pronomes pessoais apenas “[...] designam as duas pessoas do discurso e a não-pessoa (não-*eu*, não-*tu*), considerada, pela tradição, a 3ª pessoa [...]”.

De acordo com Castilho (2010), o latim não dispunha de forma pronominal para a terceira pessoa. O português, dando continuidade ao romance, reanalisou o demonstrativo no nominativo *ille – ele*, no acusativo *illum – lo – o*, e no dativo *illi – lhe*, que passaram a pronomes pessoais. Assim, de forma interessante e criativa Castilho (idem, p. 479) conta do surgimento dos pronomes pessoais. “Voltemos à fabricação dos pronomes pessoais da P3 (*terceira pessoa*). Como você viu no parágrafo anterior, a coisa foi assim: o quartel dos demonstrativos foi duramente assaltado, arrancando-se de lá *ele, o, lhe*, mediante hábeis manipulações conhecidas como gramaticalização.” Observamos então, que antes de serem pronomes pessoais, *ele, o* e *lhe*, já foram pronomes demonstrativos.

Quanto ao pronome pessoal oblíquo, este funciona como complemento e pode apresentar-se nas formas átona ou tônica, nas três gramáticas normativas. O interesse da

pesquisa não é pelos pronomes oblíquos de forma tônica, mas sim pelos de forma átona, própria do objeto direto como seguem os exemplos: “Eu avisei-o”, “Ângela dominava-os a todos, vencia-os” (CUNHA e CINTRA, 2007, pp. 314-315).

Pronome demonstrativo é a palavra que localiza o substantivo (*este* homem, *esse* homem, *aquele* homem) ou o identifica (o *mesmo* homem, o *próprio* homem, o *tal* homem) (ALMEIDA, 1999, p. 184). Definição igualmente exposta nas outras gramáticas normativas. Para Cunha e Cintra (2007, p. 342), “a capacidade de mostrar um objeto sem nomeá-lo, a chamada Função Dêitica (do grego *deiktikós* = próprio para demonstrar, demonstrativo), é a que caracteriza fundamentalmente esta classe de pronomes.” Mas os demonstrativos empregam-se também para lembrar ao ouvinte ou ao leitor o que já foi mencionado ou o que se vai mencionar. “É a sua Função Anafórica (do grego *anaphorikós* = que faz lembrar, que traz à memória).”

Quanto ao adjetivo, de acordo com Cunha e Cintra (2007, p. 259), “o adjetivo é essencialmente um modificador do substantivo. Serve: 1º) para caracterizar os seres, os objetos ou as noções nomeadas pelo substantivo [...], 2º) para estabelecer com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, etc.”.

Nas maioria das gramáticas normativas encontramos que “substantivo é a palavra que designamos ou nomeamos os seres em geral.” (CUNHA e CINTRA, 2007, p. 191). Já “o advérbio é, fundamentalmente, um modificador do verbo.” (idem, p. 555).

2.2 Usos dos pronomes pessoais retos *ele(s)*, *ela(s)*

De acordo com o dicionário Aurélio (2004, p. 720), *ele* do latim *ille*, funciona como pronome pessoal e designa a 3ª pessoa do masculino singular. Funciona também como substantivo masculino.

Nas três gramáticas normativas pesquisadas, pronomes retos são os que têm por função representar o sujeito do verbo da oração. Assim, empregam-se como sujeito e predicativo do sujeito. São retos os pronomes *eu*, *tu*, *ele* (ou *ela*), *nós*, *vós*, *eles* (ou *elas*). (Ex. *ele* deve ir; *elas* não concordam). *Ele*, *nós* e *vós* funcionam também como regimes de preposição: *dele*, *por ele*, *de nós*, *por vós*, *entre eles*, *entre nós*, *em vós*. Se a preposição for *com*, a construção

será com *ele*, *conosco*, *convosco*; *si* e *consigo* empregam-se quando referentes ao sujeito [...] (ALMEIDA, 1999, p. 172).

Conforme Bechara (2001, p. 175), “o pronome *ele*, no português moderno, só aparece como objeto direto quando precedido de *todo* ou *só* (adjetivo) ou se dotado de acentuação enfática, em prosa ou verso [...]”. Mas Bagno (2009) afirma que é bem recorrente o uso desse pronome como objeto direto e não apenas nos casos mencionados por Bechara.

É muito frequente o uso do pronome *ele* no lugar dos oblíquos, porém os gramáticos não concordam com essa substituição como vemos: “Na fala vulgar e familiar do Brasil é muito frequente o uso do pronome *ele(s)*, *ela(s)* como objeto direto [...] embora esta construção tenha raízes antigas no idioma [...] deve ser hoje evitada.” (CUNHA e CINTRA, 2007, p. 302).

Embora seu uso seja hoje proibido pelas gramáticas normativas, como vimos, o pronome *ele* era empregado normalmente como objeto direto nos séculos XII e XIV. Ainda hoje seu uso é muito frequente na fala e na escrita dos brasileiros. Mesmo as pessoas formadas pelas escolas superiores, empregam as formas de pronomes retos como objeto direto.

O pronome *ele*, como objeto direto, tem sido usado em todas as manifestações da língua falada no Brasil, até mesmo nas mais monitoradas. Já os oblíquos (*o*, *a*, *os*, *as*) aparecem apenas em manifestações escritas e ainda assim, naquelas mais monitoradas. Observa-se assim, que os oblíquos são uma forma estrangeira para os brasileiros e muitos se embarçam quando tentam usá-los. Por isso, é importante o ensino dessa variação nas escolas, mas não um ensino com base no certo e errado e sim com base nas variáveis da língua.

Além de textos que transcrevem a língua falada, encontramos o uso do pronome *ele* como objeto direto também em textos que não transcrevem a língua falada. “[...] o que pode significar que, pouco a pouco, mas firmemente, as pessoas mais letradas não consideram seu uso descabido” (BAGNO, 2009, p. 154).

Outros, no entanto, acreditam que nem se usa mais esse pronome (*ele*). Para Bechara (2001) e Cunha e Cintra (2007, p. 296), os pronomes sujeitos *eu*, *tu*, *ele* (*ela*), *nós*, *vós*, *eles* (*elas*) são normalmente omitidos em português, porque as desinências verbais bastam, de

regra, para indicar a pessoa a que se refere o predicado, bem como o número gramatical (singular ou plural) dessa pessoa. Exemplo: *Ando, rimos, escreves, dormiu.*

2.3 Usos dos pronomes pessoais oblíquos átonos *o, a, os, as*

De acordo com o dicionário Aurélio (2004, p. 1419), *o* = do latim *illu*, funciona como: 1. Artigo definido no singular masculino; 2. Pronome pessoal da 3ª pessoa masculina, na forma oblíqua; 3. Pronome demonstrativo masculino; e 4. Pronome demonstrativo neutro, equivalendo a *isto* ou *isso*, ou *aquilo*.

“Se tem uma coisa que a gente pode afirmar com muita segurança a respeito do português brasileiro é que na nossa língua – em sua modalidade falada espontânea – os pronomes oblíquos de 3ª pessoa – *o, a, os, as* – estão praticamente extintos” (BAGNO, 2009, p. 149). Essas formas aparecem apenas esporadicamente na fala de pessoas que frequentam ou frequentaram a escola por muito tempo e aprenderam a usá-las como a forma correta. O teórico mostra que ao observarmos a fala de crianças que ainda não frequentam a escola ou de adultos analfabetos jamais encontraremos os pronomes oblíquos.

Ainda assim, as gramáticas normativas continuam impondo seu uso e pregando suas regras. Bechara (2001, p. 164) afirma que “para cada um dos pronomes pessoais retos corresponde um pronome pessoal oblíquo que funciona como complemento e pode apresentar-se em forma átona ou forma tônica. Ao contrário das formas átonas, as tônicas vêm sempre presas à preposição [...]”.

Quando o pronome oblíquo da 3ª pessoa, que funciona como objeto direto, vem antes do verbo, apresenta-se sempre com as formas *o, a, os, as*. Assim: *Não o ver pra mim é um suplício. Nunca a encontramos em casa. João ainda não fez anos; ele os faz hoje. Eles as trouxeram consigo.* Quando, porém, está colocado depois do verbo e se liga a este por um hífen (pronome enclítico), a sua forma depende da terminação do verbo. Assim, se a forma verbal terminar em vogal ou ditongo oral, emprega-se *o, a, os, as*: *Louvo-o, louvei-os, louvava-a, louvou-as* (CUNHA e CINTRA, 2007, p. 291). Os autores apresentam ainda o emprego enfático do pronome oblíquo átono. Para dar realce ao objeto direto, costuma-se colocá-lo no início da frase e, depois, repeti-lo com a forma pronominal *o (a, os, as)*, como neste passo: *Verdades, quem é que as quer?* (F. Pessoa, OP, 530) in: (idem, p. 316).

Para Castilho (2010, p. 480), o desaparecimento progressivo de *o* foi explicado fonologicamente por Câmara Jr. (1957b): predominando no português brasileiro a próclise, esse pronome quando junto ao verbo organiza uma palavra fonológica, como em *o* vi, transcrito /ovi/ e dito [u'vi]. O autor acredita que a perda fonológica dessa vogal acarreta um transtorno morfológico (aparece uma casa vazia no quadro dos pronomes) e sintático (não temos como representar o objeto direto pronominal). Quanto ao espaço vazio no quadro dos pronomes, pode até ser que sim, mas há sim outras formas de representar o objeto direto pronominal, como vemos diariamente o uso do pronome *ele* como objeto direto, ou o uso de *o mesmo* (e flexões) em seu lugar.

2.4 Usos da palavra *mesmo(a)*

De acordo com o dicionário Aurélio (2004, pp. 1316-1317) *mesmo* = do latim *metipsimu*, superl. de *metipse*, tem várias funções, entre as quais a de adjetivo, substantivo masculino e advérbio. O autor faz questão de mencionar em sua obra que “parece conveniente evitar o uso e emprego de *o mesmo* com outra significação que não essas mencionadas, ou seja, como equivalente do pronome *ele*, ou *o*, etc.” Ele cita alguns exemplos e suas devidas correções e menciona com pesar que, “é tão frequente esse uso, pelo menos deselegante, de *o mesmo*, que podemos observá-lo num mestre como Camilo Castelo Branco (Cenas da Foz, p. 30)” (AURELIO, 2004, p. 1317).

De acordo com Almeida (1999), “[...] *mesmo* funciona como pronome demonstrativo quando identifica o substantivo (ex: *o mesmo* homem). *Mesmo* pode funcionar também como pronome neutro em frases como: ‘É *o mesmo*’. E pode funcionar também como advérbio: ‘Ela não quer *mesmo*’”. Em Bechara (2001, p. 168) assim como em Almeida (1999), porém de uma forma mais sucinta, *mesmo* funciona como pronome demonstrativo quando identifica ou se refere a seres e ideias já expressas anteriormente. “(Depois, como Pádua falasse ao sacristão baixinho, aproximou-se deles; eu fiz a *mesma* coisa)”. Conforme Cunha e Cintra (2007, p. 356), *mesmo* e *próprio* são demonstrativos quando têm o sentido de “exato”, “idêntico”, “em pessoa”: “*Eu não posso viver muito tempo na mesma casa, na mesma rua, no mesmo sítio [...]*”.

Alguns gramáticos e críticos têm condenado o uso de *o mesmo* como elemento anafórico em substituição dos pronomes *ele/ela* e *o/a*. De acordo com Almeida (1999, p. 186), “há um emprego condenável do demonstrativo *mesmo*, em virtude de terem criado, a custa de ensinamentos de origem duvidosa, incompreensível aversão às formas *a ela, dela, para ela* etc.” Para o autor:

talvez o temor de, no emprego do pronome *ela*, formar palavras grotescas, como ‘boca *dela*’, ou para evitar a repetição desse pronome, costumam certos autores, infalivelmente, substituí-lo por *a mesma, da mesma, para a mesma, com a mesma*, substituição verdadeiramente ridícula, que só logra atestar fraqueza de estilo, falta de colorido e de recursos sintáticos. Assim é que frequentemente vemos passagens como estas: *vou à casa de minha mãe; falarei com a mesma sobre o assunto – Realizou-se ontem a esperada festa; à mesma compareceram [...]* É caso de perguntar se o interlocutor tem outra mãe ou se o cronista assistiu a outra festa (ALMEIDA, 1999, p. 186).

Alguns professores também opinam sobre o assunto, como Piacentini (2010), que afirma que “está havendo, hoje em dia, certo abuso no tocante à palavra *mesmo*, que tem sido usada no lugar de nomes e pronomes de modo indevido e inconveniente.” Conforme a professora, *mesmo* pertence a diversas categorias gramaticais e seu emprego é correto nas seguintes situações: como adjetivo/pronome (*Foi pelo mesmo caminho*); como advérbio (*É lá mesmo que vendem o produto*); e como substantivo (*Disse a ela o mesmo que disse a mim*). “O problema está em usar *mesmo* no lugar dos pronomes pessoais, seja do caso reto (principalmente a terceira pessoa: *ele/ela*), seja do caso oblíquo (*o/a, lhe* etc.). Isso indica pobreza de linguagem, falta de familiaridade com os pronomes pessoais, desconhecimento da língua enfim” (idem).

Porém, para Bechara (2001, p. 168), “alguns estudiosos, por mera escolha pessoal, têm-se insurgido contra o emprego anafórico do demonstrativo *mesmo*, substantivado pelo artigo, precedido ou não de preposição, para referir-se a palavra ou declaração expressa anteriormente.” O gramático observa, entretanto, que não apresentam as razões da crítica: “Os diretores presos tiveram habeas corpus. Apareceu um relatório contra **os mesmos**, e contra outros. [...]. Para estes críticos, o mesmo, etc., deve ser substituído por ele, etc., [...]”. Vemos assim, que o gramático não se posiciona contra tal uso.

Ainda em Bechara (2001, p. 192), “*mesmo* (e flexões) desempenha também a função de reforço enfático quando presos a substantivos ou pronomes, com valor de em pessoa (em sentido próprio ou figurado)”. Em outro exemplo, o autor aponta que *mesmo* pode corresponder a dois vocábulos latinos *idem* e *ipse*. No primeiro caso, denota identidade e reclama a presença do artigo ou de outro demonstrativo: *Disse as mesmas coisas. Referiu-se ao mesmo casal. Falou a este mesmo homem*. Idêntico a *ipse*, emprega-se junto a substantivo ou pronome e equivale a próprio, em pessoa (em sentido próprio ou figurado): *Ela mesma se condenou*.

3. Metodologia e análise

Para a realização desse trabalho, assistimos no decorrer de quinze dias do mês de outubro de 2010, ao telejornal intitulado “Jornal Centro-Oeste”, veiculado pela TV Record da cidade de Pontes e Lacerda, filiada à Rede Record de Televisão.

Foram coletadas frases orais de pessoas de diferentes idades, sexo e nível de escolaridade. Foram transcritas frases de matérias veiculadas no telejornal em que ocorresse a variação no uso da palavra *mesmo* (e flexões) em lugar dos pronomes pessoais *ele/ela/o/a* ou de substantivos. Ao todo, foram selecionadas 20 (vinte) frases que compõem o corpus de análise desse trabalho.

Coletamos também algumas frases de documentos oficiais, como escritura de terra e certidão de inteiro teor de propriedades rurais em que se verifica o emprego da palavra *mesmo*. Desses documentos foram selecionadas 5 (cinco) frases para a composição também do *corpus*.

No desenvolvimento deste trabalho e análise do corpus, utilizamos o apoio teórico de gramáticas, de dicionários, de teóricos linguistas, de textos da internet, entre outros.

Partindo para a análise, é importante observarmos antes de qualquer coisa, que muitas variações fazem parte da língua falada há séculos e ainda não foram aceitas por muitos dos gramáticos e estudiosos. A variação deveria ser encarada como uma riqueza da língua, pois mostra que ela está viva e em uso, por uma sociedade viva e em constante transformação de padrões, culturas, gostos, linguagem etc.

Observamos em nossa análise a recorrente substituição dos pronomes pessoais *ele(s)*, *ela(s)*, *o*, *a*, *os*, *as* pela palavra *mesmo(a)*. Tentaremos mostrar quando ocorre e os fatores dessa alternância. Bem como a opinião de gramáticos e linguistas sobre seu emprego.

3.1 Oralidade

Analisaremos neste primeiro momento as frases expressas oralmente durante a transmissão do telejornal “Centro-Oeste”:

Um homem foi tirar satisfação com o cunhado e acabou levando uma facada. O bombeiro que o socorreu ao ser entrevistado, disse:

(1) “Chegando ao local *o mesmo* estava com uma facada nas nádegas”.

Um bandido roubou uma moto e ao ser perseguido pela polícia caiu e fugiu a pé, deixando a motocicleta para trás. O policial entrevistado disse:

(2) “Não conseguimos localizá-lo, visto que *o mesmo* tomou rumo ignorado”.

Numa reportagem sobre uma senhora proprietária de uma lanchonete, que foi assaltada por um rapaz, e ajudado no roubo por uma moça que costumava frequentar a lanchonete, ao comentar o ocorrido, o repórter disse:

(3) “Devido ao uso de drogas *a mesma* fica sem saber o que faz”.

(4) “O que chama a atenção é que é a terceira vez que *a mesma* foi assaltada”.

Nas frases acima parece estar surgindo uma variação em substituição ao pronome pessoal *ele/ela* para representar um nome ou substantivo já mencionado.

Em Bechara (2001, p. 168) assim como em Almeida (1999), porém de uma forma mais sucinta, *mesmo* funciona como pronome demonstrativo quando identifica ou se refere a seres e ideias já expressas anteriormente [...] *Depois, como Pádua falasse ao sacristão baixinho, aproximou-se deles; eu fiz a mesma coisa*. Porém, o que observamos nos exemplos de (1) a (4) é que a palavra *mesmo* não apenas se refere ou indica um ser já mencionado, mas sim o substitui. Ocupa assim, o papel de um pronome pessoal reto que, segundo Almeida (1999, p. 170), “[...] são os que têm por função representar o sujeito do verbo da oração [...]”.

Para Almeida (idem, p. 70), é condenável o uso de *mesmo* em lugar de pronomes pessoais. Para ele é o caso de se perguntar se o interlocutor fala de outra pessoa que não a

mencionada anteriormente. O gramático cita alguns exemplos de uso dessa variação e mais adiante apresenta sua forma gramaticamente “correta”, em que ele substitui *o mesmo* pelos pronomes pessoais *ele/ela*.

Certo escritor, que se intitula Mão Branca, chegou a produzir um conto em que coloca *o mesmo* como sendo o nome de uma pessoa a partir da frase "Antes de entrar no elevador, verifique se *o mesmo* encontra-se neste andar" Lei/DF Nº 3212 de 30.10.03. (2010). Para Almeida (1999, p. 186), em construções como *vou à casa de minha mãe, falarei com a mesma sobre o assunto. Realizou-se ontem a esperada festa, à mesma compareceram [...]* é o caso de perguntar se o interlocutor tem outra mãe ou se o cronista assistiu a outra festa.

No caso dos exemplos de (1) a (4), para Almeida, passariam a grafar (1 - Chegando ao local *ele* estava com uma facada nas nádegas; 2 - Não conseguimos localizá-lo, visto que *ele* tomou rumo ignorado; 3 - Devido ao uso de drogas *ela* fica sem saber o que faz; 4 - O que chama a atenção é que é a terceira vez que *ela* foi assaltada.). De acordo com Almeida (1999), *o mesmo* deve ser substituído pelo pronome *ele* ou por um sinônimo. Pode ficar assim também: (1) “Chegando ao local, o homem (ou a vítima) estava com uma facada nas nádegas”. Da mesma forma nos exemplos (2), (3) e (4). Porém, observamos que *o mesmo* é uma variação do uso da língua e como tal não deve ser corrigida ou excluída, como faz “a gramática normativa que exclui de sua consideração todos os fatos que divergem da variante padrão, considerando-os ‘erros’, ‘vícios de linguagem’ ou ‘vulgarismos’.” (POSSENTI, 1996, p. 74).

Conforme Alkmim (2001, p. 32), “ao estudar qualquer comunidade linguística, a constatação mais imediata é a existência de diversidade ou da variação. Isto é, toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar”.

Observamos também em nossa análise que é mais recorrente o uso de *o mesmo* antes do verbo e substantivado pelo artigo, ocupando a função de pronome-sujeito, como vemos nas frases a seguir:

- (5) “O Izael também não gosta de falar, *o mesmo* foi preso semana passada”.
- (6) “Se defender claro de acusações que *o mesmo* vem sofrendo aqui na delegacia de Vila Bela da Santíssima Trindade”.

- (7) “Esta moto estava com L. M. de 15 anos de idade, *o mesmo* disse que comprou a moto por 1.500,00 reais”.
- (8) “A Polícia Rodoviária Federal fazendo mais um trabalho intensivo em Nova Lacerda, onde *os mesmos* foram apreendidos”.
- (9) “J. M. da Silva estava sentado nesta cadeira, *o mesmo* bebia com os amigos.”

Em reportagem sobre um empresário que comprou um notebook roubado por malandros da cidade, o policial civil, que deu a entrevista sobre o ocorrido, disse:

- (10) “Haja visto que *o mesmo* comprou um notebook roubado, por 150,00 reais”.

Numa reportagem sobre uma casa invadida e roubada por malandros em Pontes e Lacerda, o repórter que noticiava o caso disse:

- (11) “Segundo as vítimas Jhonatan e Guri são os nomes de dois dos assaltantes, *os mesmos* ficaram monitorando o local”.
- (12) “A vítima conseguiu se comunicar com um amigo pelo MSN, *o mesmo* informou a polícia”.

Em todas essas frases, de (5) a (12), assim como de (1) a (4), vemos que a variação *o mesmo* sempre aparece antes do verbo, representando o sujeito do verbo da oração, que segundo Almeida (1999), é uma função dos pronomes pessoais retos, nesses casos, *ele* (e flexões).

Marcondes (*apud* SILVA, 2010) diz que, “na frase ‘Conversamos com o juiz e *o mesmo* afirmou que [...]’, tem-se a impressão de que não existe erro, uma vez que, para muitos, esse é um exemplo que segue rigorosamente a norma-padrão.” Assim, como nesse exemplo, observamos que nas frases (5) a (12) acontece o mesmo, pois, seguem a mesma estrutura. Em (5), por exemplo, *o mesmo* funciona como pronome-sujeito, ao retomar o sujeito da frase, Izael, ocupando o lugar que na variedade padrão seria do pronome pessoal reto *ele*. Mas, nem por isso deixa de exercer sua função anafórica de demonstrativo, que é lembrar algo já mencionado. No entanto, para a teórica “frases como essa são extremamente deselegantes e, por isso, deve-se substituir a palavra ‘mesmo’ por um pronome pessoal ‘e *ele* afirmou que [...]’ ou por um pronome relativo ‘*o qual* afirmou que [...]’” (MARCONDES *apud* SILVA, 2010).

Quanto ao porquê desse uso, Piacentini (2010) afirma que, às vezes “[...] a pessoa tem insegurança no trato com os pronomes, mas ao mesmo tempo sabe que deve evitar a repetição de um determinado substantivo, então tasca-lhe um *mesmo* (ou *mesma*, se for feminino) no seu lugar.” Ela comenta ainda que “é mais uma questão de estilo do que de gramaticalidade. Digamos que fica ruim, ou não convém, escrever da forma abaixo: *Insatisfeito, foi à diretora e pediu que a mesma lhe concedesse o abono*” (grifo do autor).

Almeida (1999, p. 186) também tenta explicar o porquê dessa substituição, ou alternância: “talvez o temor de, no emprego do pronome *ela*, formar palavras grotescas, como ‘boca dela’, ou para evitar a repetição desse pronome, costumam certos autores, infalivelmente, substituí-lo por *a mesma* [...]”.

Cunha e Cintra (2007) não se manifestam quanto a essa variação, e Bechara (2001) não se posiciona contra tal uso de *o mesmo* (e flexões) em substituição ao pronome *ele*. Ele diz que, “alguns estudiosos, por mera escolha pessoal, têm-se insurgido contra o emprego anafórico do demonstrativo *mesmo*, substantivado pelo artigo, precedido ou não de preposição, para referir-se a palavra ou declaração expressa anteriormente. Não apresentam, entretanto, as razões da crítica [...]” (BECHARA, 2001, p. 168).

Observamos também em nossa pesquisa que a palavra *mesmo* tem ocupado o lugar de outra classe de pronomes, os oblíquos. Nos exemplos abaixo, vemos dois casos em que *o mesmo* substitui o pronome oblíquo átono *o/os*.

Em uma reportagem sobre bandidos que roubaram uma caminhonete e tentaram fugir, o repórter que comentava o ocorrido disse:

(13) “A polícia foi atrás deles e acabou parando *os mesmos*”.

(14) “A polícia trabalhou rapidamente e colocou *o mesmo* atrás das grades”.

Bechara (2001, p. 164) define que para cada um dos pronomes pessoais retos corresponde um pronome pessoal oblíquo que funciona como complemento e pode apresentar-se em forma átona ou forma tônica. Porém, o uso desse pronome não é tão apreciado ou frequente. De acordo com Bagno (2009, p. 149), “se tem uma coisa que a gente pode afirmar com muita segurança a respeito do português brasileiro é que na nossa língua – em sua modalidade falada espontânea – os pronomes oblíquos de 3ª pessoa – *o, a, os, as* –

estão praticamente extintos.” O que observamos nos exemplos (13) e (14) é que a palavra *o mesmo*, substantivado pelo artigo, vem ocupando seu lugar.

Nas frases (13) e (14), *mesmo* é usado para dar ênfase e retomar um substantivo mencionado anteriormente. Cumprindo sua função de demonstrativo, como dizem Cunha e Cintra (2007, p. 342), “[...] os demonstrativos empregam-se também para lembrar ao ouvinte ou ao leitor o que já foi mencionado ou o que se vai mencionar. É a sua função anafórica (do grego *anaphorikós* = que faz lembrar, que traz à memória)”.

No entanto, para a norma-padrão, essas frases deveriam permanecer com os pronomes oblíquos, como segue: 5. “A polícia foi atrás deles e acabou parando-os.” 6. “A polícia trabalhou rapidamente e colocou-o atrás das grades.”

Como diz Piacentini (2010), não é uma questão de estar “certo” ou “errado”. É mais uma questão de estilo, de fazer a frase ficar bonita. Porém, para o sociolinguista não existe construção linguística mais certa ou mais bonita, todas são merecedoras de atenção, respeito e pesquisa.

Nas frases orais restantes, *mesmo* funciona em diversos lugares da frase, como se observa:

(15) “Eles estão a caminho de Cuiabá. Tentamos falar com *os mesmos*, mas não conseguimos”.

(16) “Já temos algumas informações sobre *os mesmos*”.

(17) “Daqui a alguns dias já estaremos com *os mesmos* na cadeia”.

(18) “A ladra invadiu a casa e levou algum dinheiro, a *mesma* também levou o dinheiro de uma senhora, que por incrível que parece é sua avó”.

(19) “A empresa tem no seu calendário um dia marcado para a manutenção preventiva de seus equipamentos, para evitar a queima dos *mesmos*”.

(20) “Realizamos essa manutenção em nossos equipamentos uma vez por ano evitando uma futura queima dos *mesmos*. O que poderia prejudicar a população com falta de energia por mais tempo”.

Observamos que, apesar de encontrar-se em outros lugares da frase, que não antes de verbo, *mesmo* continua exercendo a função de pronome-sujeito substituindo o sujeito em

lugar do pronome *ele*. A diferença, no entanto, dessas para as outras frases é que a localização de *o mesmo* na frase mudou, porém sua função continua a mesma.

Apenas nos exemplos (19) e (20), *mesmo* substitui o pronome *ele* preposicionado por *de*. Pois na norma-padrão o mesmo seria substituído por *deles*, ficando (19) “A empresa tem no seu calendário um dia marcado para a manutenção preventiva de seus equipamentos, para evitar a queima *deles*”.

Observamos que em todos os exemplos, com exceção das frases (19) e (20), *mesmo* aparece substantivado pelo artigo *o/a*. Vimos também que em todos os casos de uso dos pronomes *ele* (e flexões), pode ocorrer a alternância para a conjunção *o mesmo*. Porém, não ocorre o mesmo com o pronome pessoal oblíquo *o* (e flexões). Em uma frase como “Ângela dominava-*os* a todos, vencia-*os*” (CUNHA E CINTRA, 2007, p. 315), não seria cabível dizer: “Ângela dominava *os mesmos* a todos, vencia *os mesmos*”.

Usa-se tanto o pronome *ele* como a palavra *mesmo* para retomar o sujeito. Vemos que as mesmas pessoas que usam a palavra *mesmo* também usam o pronome *ele* em um mesmo diálogo.

3.2 Escrita

Observamos em nossa pesquisa que não é apenas na linguagem oral que a locução *o mesmo* vem exercendo outras funções além das determinadas pela norma-padrão. A ocorrência também se verifica na linguagem escrita, em documentos oficiais que requerem uma maior observância da norma-padrão.

Analisamos abaixo algumas frases em que a alternância entre a palavra *mesmo* e os pronomes pessoais são verificadas:

(a) “[...] do imóvel desta matrícula, foi DESAPROPRIADA área de 34,9600ha [...] ficando por conseguinte, *o mesmo*, com o remanescente de 2.507,7096ha de terras”.

(b) “As partes declaram que o imposto de transmissão de bens imóveis – ITBI e demais Certidões que se fizerem necessárias [...] serão apresentados no ato do registro desta, isentando este Tabelionato de toda e qualquer responsabilidade pela não apresentação *dos mesmos*”.

(c) “Pela outorgada compradora, me foi dito que tendo em vista a declaração dos outorgantes vendedores, quanto a inexistência de tais ações, dispensam *os mesmos* da apresentação das certidões [...]”.

(d) “[...] dispensam da apresentação das certidões mencionadas [...] ainda que estivesse *a mesma*, devidamente esclarecida e advertida das consequências da referida dispensa [...]”.

(e) “O registro deste Título fica vinculado à apresentação do comprovante de recolhimento do ITBI [...] devendo *o mesmo* ser transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca”.

Vemos aqui que, como nos exemplos de linguagem oral, a palavra *mesmo* é usada para identificar e relembrar um termo já mencionado. De acordo com Almeida (1999), “[...] *mesmo* funciona como pronome demonstrativo quando identifica o substantivo (ex: *o mesmo* homem).” Porém, ele não apenas identifica como retoma e substitui o substantivo.

No exemplo (a), *o mesmo* localiza o substantivo *imóvel* sem precisar repeti-lo na frase. Ou seja, ele substitui o substantivo *imóvel* em lugar do pronome demonstrativo *aquele*.

Em (b), *o mesmo* substitui o pronome *deles* e relembra ITBI e demais certidões.

Apenas no exemplo (c), vemos *o mesmo* substituir o pronome oblíquo de forma átona *o*, que segue a mesma regra usada na forma oral. Mas poderia ser substituído também pelo pronome pessoal *ele*.

Em (d), *o mesmo* substitui o pronome pessoal reto *ela*.

Na frase (e), para a norma-padrão deveria se repetir o substantivo **Título** ou o pronome *ele*: “o registro deste **Título** fica vinculado à apresentação do comprovante de recolhimento do ITBI [...] devendo *o mesmo título* ser transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca”, deixando de ser um pronome pessoal e passando a pronome demonstrativo. Ou “[...] devendo *ele* ser transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca”. No entanto, observamos no primeiro exemplo que não se fez necessário a repetição do substantivo **título** para que se compreendesse que *o mesmo* se referia a ele.

Observamos assim, que não é apenas na modalidade falada da língua, mas também na escrita que *o mesmo* vem exercendo outras funções além das normatizadas pelas gramáticas normativas.

Considerações finais

“Dizer que a língua apresenta variação significa dizer, mais uma vez, que ela é heterogênea,” afirma Bagno (2007, p. 39). Todo linguista concorda que nenhuma língua humana é homogênea em si mesma e invariável. Pelo contrário, em todos os níveis e tipos de análises se deparará com o fenômeno da variação linguística. Porém, essa variação não é aleatória ou desorganizada. Muito pelo contrário, ela obedece a vários fatores. De acordo com Bagno (idem, p. 47), a língua é heterogênea, sim, mas ordenada. Além dos fatores linguísticos, a variação está condicionada também a fatores extralinguísticos.

Em nossa pesquisa, observamos que *o mesmo* é mais uma variante que se implantou no uso da língua. *O mesmo* é usado como pronome-sujeito em alternância com os pronomes pessoais retos *ele/ela* e oblíquos *o/a*.

Em nossa constante busca por informações e usos dessa variante, vemos que *o mesmo* faz alternância também com o uso de alguns pronomes possessivos como: *dele, dela*, entre outros. Mas deixemos esse assunto para um próximo trabalho.

O uso ou emprego de *o mesmo* em alternância com pronomes pessoais não é um caso recente, desde as décadas passadas já se falava sobre o assunto. Almeida (1999), em sua “Gramática metódica da língua portuguesa”, já criticava seu uso. Bechara (2001), em sua “Moderna gramática portuguesa”, também já comentava essa variação, assim como vários outros teóricos e estudiosos da língua.

No entanto, como acontece com a maioria das variações não padrão, *o mesmo* não é aceito no uso da língua-padrão, considerando-se seu uso como “[...] pobreza de linguagem, falta de familiaridade com os pronomes pessoais, desconhecimento da língua, enfim” (PIACENTINI, 2010). Isso não passa de preconceito linguístico, como observa Possenti (1996, p. 29), “os grupos que falam uma língua ou um dialeto em geral julgam a fala dos outros a partir da sua e acabam considerando que a diferença é um defeito ou um erro”. O teórico, no entanto, faz-nos observar uma questão óbvia: todos que falam sabem falar.

Observamos em nossa pesquisa que são diversas as críticas quanto à alternância entre a palavra *mesmo* e os pronomes pessoais *ele/ela, o/a*. Porém, como pondera Bechara (2001), nenhum deles apresenta as razões da crítica, ou seja, nenhum deles apresenta um motivo justo para que se evite o uso da palavra *mesmo* em lugar dos pronomes pessoais. Os que tentam

justificar sua crítica usam termos preconceituosos como, “é mais uma questão de estilo do que de gramaticalidade. Digamos então que fica **ruim**, ou não convém escrever da forma abaixo: Insatisfeito, foi à diretora e pediu que a mesma lhe concedesse o abono” (PIACENTINI, 2010).

Almeida (1999) também apresenta uma justificativa para sua crítica. Segundo ele, no emprego de *o mesmo* como pronome pessoal tem-se a impressão de que o falante/escritor está dizendo de outra pessoa que não a mencionada anteriormente. Porém, observamos que apenas em alguns casos isso acontece, mas que o ouvinte/leitor logo perceberá que se trata de um substantivo já mencionado.

Como apresentamos em nossa análise, *o mesmo* está concorrendo com os pronomes pessoais tanto na linguagem oral como na escrita. Essa alternância, quase substituição, ocorre na fala de pessoas de diferentes idades, sexo e grau de instrução. Não se pode dizer que aparece em uma faixa etária específica, pois se observou a ocorrência em mais de uma.

Poderíamos dizer que observamos uma maior frequência dessa variação na fala de homens, do que na fala de mulheres, mas a diferença proporcional não foi tão considerável. Contudo, nas frases escritas vemos uma maior recorrência na escrita de mulheres, porém, essas afirmações exigiriam a observância de outros fatores, como: qual o maior número de escreventes nos cartórios, se são homens ou mulheres, entre outras questões. Quanto à idade, não tivemos como analisar esse fator por não termos conhecimento sobre quem redigiu os documentos.

Concluimos que a variante existe e está em uso. Sua forma aparece sempre substantivada pelos artigos definidos *o/a*. Observamos que seu uso é mais recorrente antes do verbo e sempre ocupando lugar de pronome-sujeito, que não se sabe porquê, ainda é função apenas dos pronomes pessoais nas gramáticas normativas.

O mesmo ainda não substituiu o uso dos pronomes pessoais. Por isso, dizemos que ocorre uma alternância no uso desses pronomes, pois se emprega tanto *ele/ele*, *o/a*, como *o mesmo*, em frases que necessite de um elemento anafórico.

Referências

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística – Parte I. in: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. V. 1. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: 2002.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. *Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística – Parte II. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. V. 1. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CUNHA, Celso, Luís F. Lindley Cintra. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

HOUAISS, Antônio e Villar, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C LTDA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIMA, José Leonildo e Silva, Teresa de Pazos da. (Orgs.) *Roteiro para elaboração de trabalhos acadêmicos e monografia*. Cáceres: Editora Unemat, 2005.

MIRANDA, Jonilson Pinto de. *Variação linguística em sala de aula: uma reflexão da relação professor/aluno no ensino fundamental*. 2010. Monografia (graduação em Letras) - UNEMAT, Pontes e Lacerda.

MOREIRA, Emília Laudicéia. *O uso de o(s) mesmo(s) como elemento anafórico numa modalidade escrita do português do Brasil*. 2007. Tese (Mestrado em Letras) – UFPR, Curitiba. Biblioteca Digital da UFPR. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/19532>. Acesso em 20 out. 2010.

OLIVEIRA, Washington Luiz de. *Uso do “mesmo” como termo anafórico em peças jurídicas profissionais extraídas da internet.* Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/17675/uso-do-mesmo-como-termo-anaforico-em-pecas-juridicas-profissionais-extraidas-da-internet>. Acesso em: 15 out. 2010.

PIACENTINI, M. T. *O mesmo - I.* www.linguabrasil.com.br. Acesso em: 02 set. 2010.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola.* Campinas: Mercado de Letras, 1996. (Coleção Leituras no Brasil).

SEM AUTOR. *O mesmo.* <http://www.bardoescritor.net/maobranca/contos/omesmo.htm>. Acesso em: 02 set. 2010.

SILVA, Luiz Cláudio Barreto. *Evite o uso indevido de “o mesmo” e “a mesma”.* <http://jusvi.com/artigos/27846>. Acesso em 02 de set.2010.

Recebido em 04 de abril de 2011.

Aceito em 20 de junho de 2011.